

DOSES MAIORES DO QUE O NECESSÁRIO 2

Roberto Figueiredo Guimarães
Diretor da ABDIB e ex-Secretário do Tesouro Nacional

Em 9 de abril passado, foi publicado aqui meu artigo DOSES MAIORES DO QUE O NECESSÁRIO, onde, após mencionar que uma autoridade do Banco Central havia falado que, “talvez os canais de transmissão da política monetária não funcionem com a mesma fluidez com que funcionam em outros países e que eventualmente você precisa dar doses maiores do remédio para conseguir o mesmo efeito”, sugeri que o Banco Central, ao invés de trabalhar para melhorar os canais de transmissão da política monetária, num ambiente de choques de oferta, sobe as taxas de juros para níveis acima do necessário.

Na semana passada, li artigo dizendo que “uma das principais ações nos próximos anos do Banco Central, será fortalecer os canais de transmissão de política monetária”. Opa, parece que o assunto está ganhando tração, o que é muito bom, pois ninguém quer enfrentar esta doença da economia brasileira, que são os juros persistentemente elevados.

No meu artigo INFLAÇÃO, JUROS E DÍVIDA, aqui publicado em 10 de janeiro último, mostrei que de 2001 até 2024, os juros contribuíram com R\$ 12 trilhões para o aumento da dívida pública, valor superior ao próprio estoque da dívida. E, no mesmo período, o resultado primário foi positivo, contribuindo para reduzir a dívida pública.

Imaginem se neste período tivéssemos tido uma taxa de juros mais civilizada e houve condições macroeconômicas para isto, principalmente de 1998 a 2013. Apenas a título de exercício, se as taxas de juros estivessem 20% abaixo das praticadas, o Tesouro Nacional teria economizado R\$ 2,4 trilhões e a dívida pública teria sido reduzida em igual montante.

Certamente, nossa economia teria crescido mais, com menos desemprego e menor concentração de renda.

Se não enfrentarmos as causas das nossas elevadas taxas de juros, continuaremos com crescimento econômico píffio, vivendo de puxadinhos aqui e acolá.